

FORUM

BRANCA

Noites de sociologia - XII edição

Amor e guerra entre os sexos

28 de Abril de 2003

Isabel Dias

Amor e violência entre os sexos

É muito difícil situar a génese sócio-histórica do amor. No entanto, não existem dúvidas que a sua conceptualização se operou inicialmente em quase todas as sociedades antigas, da Babilónia à Grécia Antiga. Também não existem dúvidas que o amor e a paixão têm sido, historicamente, encarados como uma espécie de ameaça para a existência do ser humano. Deste modo, ora se impedia a experiência amorosa por motivos de natureza económica, ora era evitada porque comprometia a sobrevivência do indivíduo e da própria família (Pacheco, 1998). Negócio ou união conveniente, na sociedade tradicional, o casamento constituía um acto demasiado sério para resultar da escolha pessoal (Lebrun, 1983). Nesta sociedade, era árdua a luta pela existência e pela salvaguarda do património, pelo que a prudência na escolha do cônjuge e na realização dos casamentos era comum.

No final do século XVIII, o amor romântico veio destronar as considerações de ordem material e familiar e colocou a felicidade e a realização individual no centro da formação do casal. A afectividade tornou-se central e a sexualidade perdeu o seu carácter instrumental (Dias, 2003, p. 20). O amor romântico reorientou o casal para um relacionamento complexo, onde a auto-exploração, a empatia, a busca interior, a troca de afectos se conjugam no relacionamento erótico (Pacheco, 1998). Com o triunfo do amor romântico, no século XX, a lógica de orientação relacional evoluiu para a aceitação da sexualidade pré-conjugal, extra-conjugal e homossexual. De igual modo, se instalaram na conjugalidade moderna as características de instabilidade e de transitoriedade,

as quais têm tradução na elevada frequência de divórcios, de separações, mas também de recasamentos (Ibidem). A monogamia deixou de ser “para a vida” para se tornar “serial”, permitindo aos indivíduos a possibilidade de encetarem várias relações íntimas e, desta forma, viverem em cada uma delas “um grande amor”.

Na família moderna, o amor romântico constitui a base e o fundamento do casamento. Este é praticamente impensável sem amor. Todavia, o amor também pode ser fonte de instabilidade e de conflito. O casal “não se ama sempre nem para sempre” (Teixeira Fernandes, 1998, p.66) e o sentimento que está na origem da sua formação pode conduzir à erosão, desgaste e à sua própria dissolução. As relações íntimas ganharam em intensidade mas perderam em durabilidade (Ibidem). A psicologização da vida privada conduziu os indivíduos a ver o mundo exterior como impessoal e vazio e a procurar no casal e na família o sentido da sua existência (Sennett, 1979). Porém, com o enfraquecimento das sociabilidades públicas, a intimidade torna-se, por vezes, dolorosa e tirânica, provocando um sentimento de claustrofobia (Ibidem).

A família e o casamento moderno encontram-se, deste modo, sujeitas a inúmeras tensões e contradições. Existe tensão ou contradição entre o modelo fusão, em que os cônjuges partilham tudo, e o ideal cultural do individualismo. Tal tensão pode conduzir a um conflito entre os interesses da família e os interesses dos indivíduos, que, por vezes, preferem investir mais na construção de uma carreira profissional, não conseguindo conciliar os interesses do “nós-família” com os do “eu” (Singly, 2000). Existe, igualmente, tensão entre a insistência na igualdade dos cônjuges e na partilha das decisões e o quotidiano das relações conjugais e familiares. Esta tensão manifesta-se num conjunto de desigualdades observáveis em diversos domínios, desde a socialização e a formação diferencial entre os sexos, até às oportunidades de mobilidade social e às desiguais contribuições domésticas. Porém, podemos afirmar que o fenómeno da violência doméstica constitui uma das maiores contradições da família moderna. As agressões infligidas entre os cônjuges, mas também sobre os filhos e os membros idosos da família, pela regularidade com que acontecem e pela legitimidade cultural com que são encaradas, revelam-nos que a violência tornou-se, tal como o amor, numa componente quase “normal” da vida familiar da maior parte das sociedades (Gelles e Straus, 1979).

O conflito parece inevitável nas relações conjugais e parentais do nosso tempo, que são cada vez mais densas. O paradoxo reside, então, numa família que é simultaneamente um lugar de afectos e de violência. Com efeito, os cônjuges, os pais e os filhos, estão ligados por laços de intimidade e de proximidade.

Os agressores e as vítimas conhecem-se, mantêm relações íntimas e partilham vários aspectos da vida quotidiana. No entanto, tal intimidade tem o potencial de alimentar tanto o ódio como o amor (Scanzoni e Scanzoni, 1988).

Alguns dados disponíveis sobre a violência conjugal nos Estados Unidos, revelam-nos que neste país se estima que as “mulheres maltratadas” andarão à volta de 1,8 milhões por ano (Straus, Gelles e Steinmetz, 1988). No nosso país, embora não nos aproximemos ainda desta realidade estatística, alguns estudos têm revelado uma tendência para a visibilidade crescente deste tipo de crime. Por exemplo, no seu estudo, Elza Pais (1996) identificou 25 mulheres para 125 homens condenados por homicídio conjugal. Também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem revelado que a maior parte dos pedidos de apoio dizem respeito ao crime de violência doméstica (4653 processos em 1999; 7593 processos em 2000). Os dados desta Associação continuam a corroborar a tendência crescente deste crime, apenas com a diferença de que 5,1% das agressões, para os primeiros meses de 2001, incidiram sobre os homens. Tal revela-nos que estes são igualmente vítimas de violência na família.

Em Portugal, os dados sobre a violência doméstica encontram-se dispersos e na realidade são de pouco préstimo (Matos, 2002), uma vez que as suas proporções são seguramente maiores do que eles revelam. Todavia, corroboram o facto de cada vez mais o lar ser encarado, igualmente, como um lugar perigoso, ocorrendo alguns crimes violentos dentro das suas portas.

Com efeito, vários estudos provaram que os homens que agredem frequentemente as suas mulheres tendem igualmente a maltratar os filhos; o mau trato de crianças é quinze vezes mais provável em famílias em que a violência doméstica está presente; as crianças que testemunham situações de violência doméstica entre os pais têm uma probabilidade de se tornarem adultos maltratantes três vezes superior à das crianças que não assistem regularmente a estas situações (cf. Dias, 2003). Tais factos permitem-nos concluir que a família é, nas nossas sociedades, uma instituição social violenta, tanto em tempo de guerra, como de paz. O “mito da família idealizada”, sustentado pela ideologia romântica, é, em parte, responsável pela tendência para evitarmos olhar a violência doméstica e por não a condenarmos como prática presente no relacionamento conjugal e em outras interacções familiares. Importa, por isso, reconhecer que ao lado da imagem ideal de “família-refúgio” temos que considerar a imagem, igualmente realista, da “família que mata” (Saraceno, 1992). Importa, de igual modo, e tal como vem sucedendo desde finais da década de 50 e início da de 60, que a Sociologia continue a analisar o amor e a violência não como dimensões mutuamente exclusivas, mas como componentes, simultaneamente, presentes nas interacções conjugais e familiares.

Bibliografia

- DIAS, Isabel (2003), Representações e práticas de violência doméstica em famílias de diferentes meios socioprofissionais, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, António Teixeira (1998), O Estado democrático e a cidadania, Porto, Edições Afrontamento.
- GELLES, Richard J.; STRAUS, Murray (1979), “Determinants of violence in family: toward a theoretical integration”, in Wesley R. Burr et al., Contemporary theories about the family, New York, The Free Press, pp. 549-581.
- LEBRUN, François (1983), A vida conjugal no Antigo Regime, Lisboa, Edições Rolim.
- MATOS, Marlene (2002), “Violência conjugal”, in Rui Abrunhosa Gonçalves; Carla Machado (coords.), Violência e vítimas de crimes, vol. 1. – Adultos, Coimbra, Quarteto Editora.
- PACHECO, José (1998), O tempo e o sexo, Lisboa, Livros Horizonte.
- PAIS, Elza (1996), Rupturas violentas da conjugalidade: Os contextos do homicídio conjugal, Dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa.
- SARACENO, Chiara (1992), Sociologia da Família, Lisboa, Editorial Presença.
- SCANZONI, Letha D.; SACANZONI, John (1988), Men, women, and change – A sociology of marriage and family, United States of America, McGraw-Hill.
- SENNETT, Richard (1979), Les tyrannies de l'intimité, Paris, Éditions du Seuil.
- SINGLY, François de (2000), O eu, o casal e a família, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- STRAUS, Murray A.; GELLES, Richard J.; STEINMETZ, Suzanne K. (1988), Behind closed doors – Violence in the American Family, California, Sage.